

Neoliberalismo

*“Economics are the method, but
the objective is to change the soul.”*
(Margareth Thatcher, 1985)

1.1 Introdução

Um dos temas que mais recebeu atenção nas publicações de Economia Política nos últimos 25 anos foi o que se convencionou chamar de *Neoliberalismo*. Dizemos que se trata de uma convenção, pois o termo abre espaço para uma ampla série de discussões, abordadas a partir de diversos prismas teóricos e preocupações investigativas nem sempre próximas umas das outras. Assim, discute-se o neoliberalismo para debater uma gama de assuntos que abarcam teorias de economia política e história econômica (Chang, 2002, 2004; Evans, 2004; Passet, 2001; Stiglitz, 2002; Weiss, 2002a); transformações estruturais do capitalismo tardio a partir da terceira revolução industrial (Cox, 1987; Sholte, 2000; Held, 1999); consequências sociais do abandono das políticas de bem-estar social (Soares, 1999); novas estratégias políticas dos setores e das classes dominantes, e seus reflexos nas formas de Estado contemporâneas (Arceo & Basualdo, 2006; Harvey, 2005; Oliveira, 2003); novos movimentos sociais (Klein, 2000; Sousa Santos, 2005; Ceceña, 2005); relações entre países centrais e periféricos (Wallerstein, 2005; Wade, 2007), assim como para sugerir uma nova forma de existência social e individual no mundo dito ocidental (Dardot & Laval, 2009)¹.

¹ Naturalmente a revisão bibliográfica acima é parcial e incompleta, já que se limita a mencionar apenas atores e obras que se insiram diretamente nos debates da Economia Política Contemporânea, excluindo, assim, abordagens que não façam parte deste campo, *stricto sensu*. Outra lacuna refere-se aos autores que defendem as teses neoliberais, como Williamson (1990; 1994) ou Sachs (2005). Essa ausência é explicada pela rejeição – total ou parcial – que tais autores possuem em relação ao termo neoliberalismo, por eles considerado pejorativo. O presente capítulo

Deste modo, antes de iniciar qualquer discussão acerca de um tema tão generalizadamente debatido e comentado, é prudente esclarecer que tipo de discussão *não* se pretende fazer neste trabalho. Tendo em vista a ampla disseminação de estudos – qualitativos mas, principalmente, quantitativos – acerca dos impactos socioeconômicos das políticas de cunho neoliberal, preferimos não revistar esse terreno. De um ponto de vista crítico, não faltam análises que buscam demonstrar os malogros das políticas neoliberais em termos de crescimento econômico, distribuição de renda e índices de desenvolvimento humano, dentre outros indicadores². Os cientistas sociais latino-americanos parecem especialmente engajados nesta tarefa, o que é explicado pelas inúmeras promessas de prosperidade generalizada advindas dos discursos defensores do neoliberalismo, principalmente durante os anos 1990, apogeu da ideologia neoliberal nesta região.

Assim sendo, em vez de repetir o que já foi feito, preferimos nos lançar, modestamente, à tarefa de realizar algo novo, algo que vá além de simplesmente reafirmar os prejuízos que o neoliberalismo tem trazido para a vida social na América Latina, seja em termos de dominação de classe, desmonte do Estado, incremento massivo dos índices de pobreza e miséria ou encruzilhadas relativas aos projetos de desenvolvimento regional. Não pretendemos, em absoluto, negar ou mesmo relativizar as críticas que durante duas décadas e meia resistiram ao rolo compressor ideológico neoliberal com variados graus de sucesso – ou fracasso – diante de seus maquinários produtores de consenso e coerção. Pelo contrário, é exatamente a partir da constatação de que a denúncia do neoliberalismo, pelo menos na América Latina, já está mais do que feita teoricamente, assim como assentada empiricamente, que nos propomos a tomá-la como ponto de partida para um projeto subsequente.

Em outras palavras, o neoliberalismo já foi suficientemente criticado e combatido na América Latina, tanto na academia quanto nos foros da política

assume, portanto, sua opção de trabalhar com um enfoque crítico. A argumentação assumidamente neoliberal de Friedrich Hayek será analisada em seus próprios termos na seção 1.2.2, assim como as divergências entre sua teoria e demais manifestações do neoliberalismo (seção 1.2.3).

² Para um bom compêndio de estudos econômicos e políticos sobre a implementação do neoliberalismo na América Latina, assim como seus impactos sociais e culturais, ver: GAMBINA, Julio (org.) *La Globalización Económico-Financiera: su impacto en América Latina*. CLACSO: Buenos Aires (2002). Outro trabalho de fôlego é: GREEN, Duncan. *La revolución silenciosa: el auge de la economía de mercado en América Latina*. TM Editores: Bogotá, 1997.

institucional e, principalmente, nas ruas. É verdade que tal postura crítica, quiçá intransigente, não pode ser abandonada, sob pena de abrirmos as portas para mais uma ofensiva neoliberal na região. No entanto, também é verdade que restringir-se à denúncia, pura e simples, não mais atende às necessidades políticas do momento, pois, mesmo após décadas de críticas e resistências, o neoliberalismo ainda parece figurar como paradigma dominante na formulação e na execução de políticas públicas, ditando os limites do discurso e da imaginação política aceitáveis, quiçá ainda hegemonizando o senso comum por quase toda parte. Torna-se mister, portanto, investigar os mecanismos através dos quais o neoliberalismo tem conseguido manter-se vivo, mesmo diante de toda a oposição que sofre.

Uma resposta simples para explicar a resiliência neoliberal seria apelar para uma “teoria das elites” e afirmar que, não obstante as resistências populares, o neoliberalismo se mantém dominante simplesmente porque é, atualmente, a ideologia das classes dominantes. Esta tautologia, no entanto, é incapaz de explicar como algo que divide a própria elite a partir de uma concentração de riquezas estupenda, além de penalizar consideravelmente as classes médias – como os argentinos bem o sabem –, pode manter-se como um projeto sedutor para uma elite cada vez mais subordinada aos ditames do capital transnacional e que sofre com as crises neoliberais de forma desproporcional em relação aos representantes estrangeiros deste mesmo capital. Caso decidamos levar em consideração os setores populares, a explicação parece ficar mais distante ainda, pois os intensos processos de pauperização e violência de classe advindos com o neoliberalismo tornam deveras difícil entender a aceitação, passiva ou ativa, do neoliberalismo pelos pobres latino-americanos, assim como a ineficácia em se transformar críticas teórico-políticas em alternativas concretas e bem-sucedidas de transformação social.

O neoliberalismo apresenta, então, na primeira década do novo século, um cenário aparentemente paradoxal, pelo menos na América Latina. De um lado, um histórico de notórios fracassos econômicos e deterioração social; de outro, a manutenção das mesmas políticas que levaram a tal cenário. Esta disjunção indica, ao menos, que uma das tarefas críticas atuais deve ser a investigação das causas que sustentam essa continuidade político-econômica, que certamente é, também, ideológica. A mera denúncia, importante no contexto da década de 1990,

não mais atende às necessidades atuais. Continuar demonstrando que o neoliberalismo produz desastrosos efeitos sociais – fosse através gráficos, indicadores ou análises qualitativas, ou com metodologias de história oral – seria, na melhor das hipóteses, redundante.

Mesmo que em conjunturas desfavoráveis alguns representantes abertos do projeto neoliberal apelassem para *slogans* eleitorais como “continuidade sem continuísmo”³, poucos se arriscariam a afirmar que o neoliberalismo pertence ao passado na América Latina. O grupo de intelectuais que buscou cunhar a ideia de um “pós-neoliberalismo” latino-americano foi rapidamente obrigado a esclarecer que sua iniciativa era mais uma indicação normativa de valores políticos do que uma avaliação empírica⁴. “*Nous n'en avons pas fini avec le néolibéralisme*”, afirmam Dardot & Laval (2009, p.5). Assumindo esta premissa também como nossa, a presente dissertação busca fornecer subsídios exatamente para entender porquê não, mesmo diante de tantos problemas e questionamentos.

Subsídios. Não mais que subsídios, infelizmente. As respostas propriamente ditas para este possível paradoxo nosso, caso existam, ficarão a cargo do leitor e dos futuros debates, que, se ocorrerem, já darão a este trabalho sua razão de existir. Deve-se prevenir, desde já, aos mais afoitos que será inútil correr para as últimas páginas desta dissertação em busca de respostas estáveis, hipóteses “testadas” ou verdades reveladas. O autor assume desde o princípio sua incapacidade para tanto. De fato, não temos respostas. A boa notícia é que a epistemologia positivista é tão rejeitada nas páginas seguintes quanto o são as políticas neoliberais, o que não resolve o problema da falta de respostas, mas, ao menos, evita frustrações intelectuais mais traumáticas.

Diante da modesta tarefa de fornecer subsídios a um importante debate – acerca da resiliência do neoliberalismo na América Latina do século XXI –,

³ Este foi o mote da derrotada campanha de José Serra à presidência do Brasil em 2002. O *slogan* indicava a necessidade de aproximar-se do descontentamento popular com relação às políticas neoliberais (“sem continuísmo”) ao mesmo tempo em que era obrigado a reconhecer sua filiação ideológica e partidária ao projeto neoliberal, encarnado pela gestão de Fernando Henrique Cardoso (“continuidade”).

⁴ A série de palestras e debates organizados pelo Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em agosto de 2001, buscou lançar a noção de um período supostamente pós-neoliberal na América Latina. Entretanto, intelectuais de peso, como Emir Sader e Pablo Gentili, organizadores do evento, assim como o ilustre convidado Perry Anderson, continuam a escrever sobre estratégias de superação do neoliberalismo, o que já indica que eles mesmos não sustentam a tese “pós-neoliberal” como algo empiricamente comprovado, restando percebê-la como uma declaração de vontade, nada mais.

optamos por uma metodologia pouco usual na disciplina de Relações Internacionais (RI), ciosa como é de suas aspirações científicas. Em vez de estabelecer um arcabouço conceitual abstrato e ir analiticamente desmembrando seus componentes até que encaixem novamente no modelo preestabelecido – utilizando um ou outro exemplo cuidadosamente escolhido, quiçá distorcido, para confirmar a teoria –, tentaremos abordar as questões acima levantadas de outro modo, partindo de uma narrativa histórica. Trata-se do método ideográfico (ou “histórico-ideográfico”), nome pouco atrativo, inventado exatamente por aqueles que desejavam rejeitar sua validade⁵.

A partir da história social e política da Bolívia dos últimos 25 anos, tentaremos seguir – ou sugerir – pistas que tornem mais transitáveis os caminhos do labirinto epistemológico que, com sorte, nos ajudarão a compreender a permanência do neoliberalismo em uma região castigada por ele mesmo. A escolha da Bolívia como nosso “caso” de estudo se explica pelo duplo fator de ter sido o país andino, por um lado, um dos primeiros laboratórios para os ajustes estruturais ao estilo neoliberal, e, por outro, um dos grandes exemplos de conflito social e político aberto contra o neoliberalismo.

A Bolívia possui hoje, *además*, um governo que, dentre outras coisas, não apenas é fruto das lutas antineoliberais como se autoproclama o grande exemplo contemporâneo de superação do neoliberalismo (Garcia Linera, 2006). Investigar (i) em que medida e (ii) os meandros através dos quais o neoliberalismo conseguiu manter-se vivo, quiçá dominante, até mesmo em país que ficou famoso exatamente por combatê-lo, faz da Bolívia um objeto dos mais interessantes, um verdadeiro *hard case* (ou mesmo um *crucial case*, para usar pela última e derradeira vez as terminologias positivistas de Eckenstein, 1975).

Tais pistas que acreditamos poder encontrar na recente História boliviana não abdicam da pretensão explicativa teórica e abstrata. Conforme esclareceu a viúva Dorothy Thompson, “embora Edward [Palmer Thompson] não tenha escrito muita coisa sobre teoria – preferindo demonstrá-la no processo de escrita da história –, ele sempre se mostrou muito preocupado com as questões de seu uso e abuso” (Negro & Silva, 2001). Daí justifica-se seguir o caminho thompsoniano e

⁵ Harry Eckenstein (1975, p.13) afirma sem maiores formalidades que, apesar de ser capaz de produzir algumas “belas e envolventes narrativas”, o método histórico-ideográfico não atende aos requisitos mínimos para se conferir o *status* social-científico ao tipo de conhecimento que produz.

buscar no processo histórico boliviano as pistas para as questões teóricas e políticas relativas à atual resiliência neoliberal.

Naturalmente, esta rejeição frente ao ‘dedutivismo’ reinante nas RI não pode cair no extremo oposto, professando um ‘indutivismo’ simplista. Certamente não é o caso, até porque nenhuma história social é construída sem fortes alicerces teóricos e conceituais previamente fincados. Afinal, toda observação, incluindo a observação da história de um país, é necessariamente *theory-laden* (Laudan, 1990; Khun, 2003; Rabinow & Sullivan, 1979). As idas e vindas – ou melhor, a dialética – entre teorias e processos históricos é que nos permitem sofisticar a análise e evitar os simplismos acima mencionados. A boa filosofia, conforme o ditado, não está nas boas perguntas nem em suas respostas, mas no caminho que existe entre ambas. Uma caminho de mão dupla, acrescentaríamos.

No entanto, antes de mergulhar na História da Bolívia em busca de nossas pistas, faz-se necessário esclarecer um pouco melhor o que entendemos por neoliberalismo. Por quais motivos usamos a expressão “projeto neoliberal”, por exemplo? Trata-se de uma “coisa” em si mesma ou de uma ferramenta, uma tecnologia de dominação mobilizada por determinados grupos sociais? O conceito, da forma aqui empregado, privilegia agentes ou estruturas? Em suma, de que precisamente estamos falando quando nos referimos – e voltaremos a nos referir inúmeras vezes mais – ao termo “neoliberalismo”? Até aqui o utilizamos de maneira propositalmente frouxa, com o intuito de preparar o esclarecimento conceitual que segue na próxima seção, um necessário passaporte teórico para nossa posterior viagem pela História boliviana. A tal esclarecimento conceitual se dedica o restante deste capítulo.

1.2 Neoliberalismo revisitado

Tendo em vista os objetivos da presente dissertação, optamos por discutir a filosofia política que embasa o neoliberalismo em vez de listar seu receituário econômico ou suas consequências sociais. Tal escolha parte da constatação de que os pacotes de medidas neoliberais podem variar, e de fato variam, de acordo com cada momento histórico e países em que são aplicados. Mesmo tendo ficado

famoso por lançar as mesmas receitas para Estados bastante diferentes entre si⁶, é inegável que, por exemplo, as reformas de Paul Volcker como presidente do *Federal Reserve* (FED) em fins dos anos 1970 destoam consideravelmente dos 10 mandamentos que John Williamson consagrou no *Consenso de Washington*, direcionado para a América Latina, no início da década de 1990. As medidas concretas, portanto, variam; mas seu resultado, quiçá seu objetivo último, mantém um padrão razoavelmente constante: em toda parte, as políticas neoliberais tenderam a concentrar renda e, com isso, garantir certa dominação de classe.

Mas a história não é tão simples, pois a “virada neoliberal” pressupôs uma inversão fantástica dos valores sociais dominantes no ocidente após a Segunda Guerra Mundial, a partir da postulação de uma particular concepção de indivíduo, assim como de suas relações com outros indivíduos e as instituições que mediam tais relações, no caso neoliberal, mercado e Estado. Tudo isso amparado por uma escala de valores filosóficos igualmente *sui generis*, na qual o conceito de liberdade individual ganha contornos dogmáticos a ponto de paradoxalmente servir, em muitos casos, para justificar a privação de liberdade da maioria dos indivíduos.

1.2.1 Hayek: liberdade vs. coletivismo⁷

A raiz filosófica e política do neoliberalismo é geralmente atribuída, com razão, a Friedrich von Hayek e seus colegas da *Sociedade Mont Pèlerin*. A publicação de *O Caminho da servidão* em 1944 foi, sem dúvida, um marco

⁶ Stiglitz (2002) descreve uma situação tragicômica na qual um presidente de um país africano, cujo nome foi mantido em sigilo, teria feito um telefonema furioso para a sede do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Washington, pois o relatório do Fundo para seu país estava, em algumas partes, com o nome de outro país, também africano. A explicação era simples e assustadora: os economistas do FMI haviam copiado e colado o relatório produzido para um país vizinho (“ctrl + c”, “ctrl + v”), limitando-se a trocar o nome do país quando aparecia. Como a revisão do documento havia sido falha – ou inexistente –, em algumas passagens o nome não foi trocado. A história tornou-se paradigmática da postura do FMI, que indicava indiscriminadamente as mesmas receitas econômicas ortodoxas para todos os países durante os anos 1990, independente de suas particularidades históricas, econômicas, políticas, institucionais ou culturais.

⁷ Durante toda esta seção nos basearemos exclusivamente em Hayek (1990). Como a edição original dessa obra data de 1944 – o que é de profunda relevância para nossa discussão – e a edição referida em nossa bibliografia é bem posterior, optamos por subtrair as referências entre parêntesis quando nos remetermos ao famoso livro de Hayek, *O Caminho da servidão*, a fim de não confundir o leitor com uma data absolutamente descolada do contexto histórico discutido.

fundador da tradição neoliberal de pensamento social. Antes de examinarmos as principais características da obra de Hayek, deve-se notar o contexto absolutamente desfavorável dentro do qual esse livro foi escrito. Não apenas na Inglaterra, mas em praticamente todo o ocidente, as ideias dominantes em termos de política econômica giravam em torno do que ficou conhecido como “liberalismo inserido” (Ruggie, 1982; Harvey 2005).

Simplificadamente, esse paradigma afirmava o necessário pacto entre capital e trabalho a fim de evitar a reprise dos conflitos que levaram às guerras mundiais, assim como a disseminação de perigosas doutrinas comunistas e fascistas. Um forte Estado interventor deveria mediar tais relações entre capital e trabalho e garantir o bom funcionamento da economia, além de comprometer-se com o pleno emprego e o bem-estar geral das populações. Os lucros dos capitalistas deveriam ser igualmente assegurados, mas impunham-se sérios limites à atuação do capital, principalmente àquela ligada aos mercados financeiros. As propostas social-democratas de Karl Polanyi⁸, junto aos ensinamentos econômicos “heterodoxos” de John Maynard Keynes, eram amplamente hegemônicas naquele contexto. Hayek buscava ir na contramão de tudo isso, atacando uma por uma as ideias dominantes. A tarefa que atribuíra a si mesmo era árdua e, por isso mesmo, admitia estar “pregando no deserto”. De acordo com seu prognóstico, seriam necessárias ao menos duas décadas para que o neoliberalismo, que quase solitariamente defendia, pudesse, enfim, passar do ostracismo intelectual e político à posição de paradigma dominante. Hayek demonstrou-se profeticamente correto.

O neoliberalismo de Hayek rejeita de saída demonstrações matemáticas de teorias econômicas. Assumindo que todo modelo econômico pressupõe uma teoria social que o embase, Hayek faz questão de debater e defender suas premissas epistemológicas e ontológicas do começo ao fim de sua obra. Deste modo, é postulada uma concepção de indivíduo que possui vontades e interesses prontos, independentes do emaranhado de relações sociais em que vive. Não importa de onde tais preferências vieram, como são formadas ou quais mediações sociais ou

⁸ Polanyi publicou sua obra mais famosa, *A Grande transformação*, no mesmo ano em que Hayek publicou *O Caminho da servidão*. Ambos trabalhavam no mesmo departamento de economia da Universidade de Cambridge, Reino Unido. A recepção inicial dos livros foi diametralmente oposta: enquanto Polanyi foi consagrado, Hayek mal foi levado a sério pelo *mainstream* econômico, assim como pelo público em geral.

culturais influenciam na sua constituição. A garantia da liberdade necessária para que este indivíduo possa perseguir e realizar tais interesses é, para Hayek, o valor supremo que deve orientar a vida em sociedade.

Toda teoria econômica deveria, como consequência, basear-se em um individualismo metodológico inegociável. Este indivíduo atomizado, portador de interesses já estabelecidos, relaciona-se – sempre ontologicamente externamente – com outros indivíduos, através do mercado. Deste modo, o mercado é considerado como instituição *natural* que governa os contatos entre as unidades da teoria, no caso, os indivíduos assim concebidos. Não se trata de mero mecanismo de trocas ou forma de mediação comercial. Para Hayek, o mercado seria – além do modo natural de inter-relação humana –, a única modalidade de relacionamento garantidora da liberdade dos indivíduos. Assim sendo, compreende-se a defesa intransigente do livre-mercado na teoria neoliberal: não se trata de apenas postulá-lo como forma mais eficiente de interação comercial, como até então fazia a tradição liberal desde Adam Smith e David Ricardo até os economistas neoclássicos da segunda metade do século XIX; trata-se, acima de tudo, de defender a liberdade individual por meio da única instituição capaz de fazê-lo, o livre-mercado.

Nesse sentido, Hayek rechaça qualquer forma de intervenção “externa” ou “artificial” em uma relação mercadológica, tida como natural. A *raison d'être* do Estado deveria ser a garantia do bom funcionamento do mercado, assim como a defesa do indivíduo frente a qualquer ataque à sua liberdade. Esta tarefa seria realizada a partir da assecuração estatal de que a propriedade privada e os contratos estabelecidos no mercado seriam, respectivamente, respeitados e cumpridos, se necessário, à força. Desta forma, percebe-se que o Estado possui um papel fundamental na teoria social neoliberal, já que sem esta instituição o mercado pode não funcionar, e, com isso, a liberdade individual – por vezes confundida com a propriedade individual – estaria em risco.

Assim, toda e qualquer forma de intervenção estatal nas relações *naturais* do mercado que não tenham como objetivos estritos garantir a propriedade privada e o cumprimento dos contratos são consideradas (i) ilegítimas e (ii) perigosas à liberdade individual. Para Hayek, a ânsia por planejar a vida social a partir do Estado era o grande risco que a humanidade enfrentava, sendo a causa das violações de direitos individuais, assim como a explicação de catástrofes

coletivas⁹. O intervencionismo estatal seria, nesta ótica, quase sempre autoritário, e sua justificativa, baseada na persecução do bem comum, não passaria de uma hipocrisia oriunda dos centros de poder ou da ingenuidade coletiva frente a proposições demagógicas.

Segundo Hayek, é simplesmente impossível definir, *a priori* ou mesmo *a posteriori*, em que consistiria este bem comum, senão por outro motivo, porque ele é filosoficamente inexistente. Na medida em que a sociedade é considerada como a soma aritmética dos indivíduos que a compõem, o interesse social torna-se inalcançável, pois cada indivíduo possui uma escala própria de preferências, por sinal, mutáveis com o tempo. Deste modo, como seria possível definir uma resultante coletiva a partir da soma de interesses individuais geralmente conflitantes? Qualquer definição do que consistiria esse “interesse comum” seria, então, necessariamente arbitrária, revelando nada mais do que a imposição de uma determinada escala de valores individuais sobre as demais. Em suma, somente quem acumulasse despoticamente o poder seria capaz de postular – ou melhor, impor – sua própria concepção de “bem comum” sobre o restante dos indivíduos, ou pior, travestir sua escala de preferências particulares como se fosse de interesse coletivo.

Diante disso, seja sob o manto sagrado das boas intenções ou sob aberto autoritarismo decisório, as políticas intervencionistas estatais que visam realizar simultaneamente um suposto interesse social não passam de uma perigosa falácia. Nenhum governante, eleito democraticamente ou investido no poder mediante golpes militares, teria o direito de definir de cima para baixo as preferências de nenhum indivíduo em particular, nem de privilegiar com ações estatais determinado grupo em detrimento de outro, em nome de um suposto interesse nacional ou social. Daí Hayek reduzir todas as formas de intervenção e planejamento estatal a atitudes, potencial ou ativamente, totalitárias.

Sendo assim, Hayek considerava o socialismo, o comunismo, o fascismo e até mesmo a social-democracia europeia como igualmente portadoras de um mesmo mal, que ele classificou como “*coletivismo*”. Certamente, a União Soviética ou a Alemanha nazista eram exemplos bem mais acabados de

⁹ Na contramão de praticamente todas as explicações – até mesmo as de cunho liberal – para fenômenos como a Crise de 1929, a Grande Depressão, o advento do fascismo e até mesmo a Segunda Guerra Mundial, Hayek postula que tais eventos trágicos foram fruto do excesso de planejamento e intervenção estatal, e não da falta de regulação, como são comumente expostos.

coletivismo, sendo por isso mesmo protótipos ideais de sociedades totalitárias. Mas Hayek alertava que nem mesmo o “liberalismo inserido” em voga na Inglaterra, em particular, assim como no ocidente do pós-guerra em geral, estaria imune contra este mal. Pelo contrário, quanto mais se avançasse no caminho social-democrata de planejamento social a partir do Estado de Bem-Estar Social, mais se estaria indo em direção ao totalitário fim das liberdades individuais. Essa rota planejadora e interventora era, para Hayek, *o caminho da servidão*.

A teoria social de Hayek necessita de mais uma premissa fundadora para funcionar adequadamente. Trata-se da postulação do princípio da competição – ou livre-concorrência – como superior a todos os outros modos de interação social. Não se trata apenas de recuperar a diretiva smithiana relativa à persecução dos interesses individuais desembocando no interesse coletivo por meio da mão invisível do mercado. Hayek não compartilha das mesmas preocupações morais de Smith. Ao contrário, para Hayek, a “harmonia de interesses” mediados por mãos visíveis ou invisíveis é simplesmente impossível. O melhor que podemos fazer é deixar que a livre-concorrência entre os indivíduos produza os resultados mais justos, pois se estaria premiando o esforço e as escolhas acertadas dos seres mais empenhados e talentosos.

A superioridade do princípio da competição seria justificada por ser o melhor meio de coordenar os esforços humanos sem intervenção arbitrária da autoridade. Ao basear-se nesse princípio, portanto, o neoliberalismo defende a supremacia dos objetivos de cada indivíduo. Apenas deveríamos apelar para uma autoridade externa ao indivíduo quando o princípio da concorrência não pudesse funcionar adequadamente, mas nunca suplantá-lo de imediato. De acordo com Hayek, seriam pouquíssimos os casos em que seria preferível afastar o princípio da concorrência, como em situações de competição agrícola que levassem ao desflorestamento desmedido ou ao controle do trânsito de grandes cidades, que seria impraticável caso todos competissem contra todos com seus automóveis, por exemplo. Mas deve-se ter clareza: tais situações constituem, no máximo, exceções que confirmam a regra, nada mais.

De acordo com Hayek, além de a liberdade individual ser um valor supremo, existe, também, certa hierarquia dentre as diferentes formas de expressar tal liberdade. No topo da lista estaria a liberdade de comprar e vender tudo o que se quiser no mercado, sendo prudente impor apenas limites mínimos quanto ao

que pode ser trocado como mercadoria (seres humanos, drogas, etc.). Hayek não é ingênuo a ponto de ignorar que o mercado produz assimetrias e tende à concentração de riquezas. Este é um dos poucos momentos em que ele parece não ter respostas prontas para endereçar. No entanto, afirma Hayek, é preferível uma concentração *natural* de riquezas produzida por um mecanismo *neutro*, como é o mercado em sua teoria, do que uma imposição estatal artificial e, portanto, arbitrária relativa a quais indivíduos e grupos sociais devem prosperar economicamente e quais devem perecer em dada sociedade. Para ele, foi exatamente isso que o Estado totalitário nazista teria feito ao suplantiar o princípio do livre-mercado e substituí-lo por uma direção econômica planejada, a qual teria escolhido arbitrariamente quem seriam os pobres, no caso, os judeus.

Por fim, é relevante ressaltar dois corolários nem sempre mencionados nas análises sobre a obra de Hayek, mas que se ligam diretamente às premissas fundadoras, assim como aos desdobramentos teóricos e práticos de sua teoria social. O primeiro deles diz respeito à legitimidade social da propriedade privada. Diferentemente do que argumentam marxistas, anarquistas e alguns social-democratas, a propriedade não seria, para Hayek, um privilégio, mesmo quando extremamente concentrada nas mãos de poucos ao passo que escassa para a maioria. Pelo contrário, independentemente das configurações distributivas de cada sociedade em determinado período histórico, o que importa em relação à propriedade privada capitalista é que ela está, em princípio, igualmente disponível para todos. Em oposição à propriedade feudal, esta, sim, privilégio da nobreza e do alto clero, a propriedade privada moderna pode ser desfrutada por qualquer um que tenha a sorte ou a competência de prevalecer no mercado. O mesmo raciocínio é aplicado para demonstrar a superioridade da propriedade privada em comparação com a propriedade estatal, cujo benefício tenderia, para Hayek, a ser sempre apropriado pela alta capa burocrática que comanda as decisões do Estado proprietário.

Deste modo, chegamos ao segundo corolário, também relativo ao acesso à propriedade privada, que diz ser preciso o mínimo – e não mais que o mínimo – de distribuição coletiva de renda para que todos os indivíduos possam ter a chance de entrar no mercado e, a partir daí, perseguir seus próprios objetivos e ser exclusivamente responsáveis por suas próprias escolhas, sucessos e fracassos. Para tanto, o Estado deveria, caso absolutamente necessário, implementar

programas de renda mínima individuais e focados em setores populacionais ou situações bem específicas. Não se deve confundir tais projetos específicos de renda mínima com uma política universal de transferência de renda que vise o equilíbrio de riquezas ou qualquer tipo de igualdade econômica. Nada de *welfare*. Hayek é taxativo ao considerar este tipo de política como “coletivista”, logo, autoritária. Para ele, qualquer ação de um governo para promover a igualdade material seria um desrespeito ao princípio de igualdade perante a lei, ou seja, um atentado à liberdade individual. Hayek não se faz de rogado ao concluir: tal política pública seria uma “discriminação contra os ricos”, como teria ocorrido na Rússia a partir de 1917 com o abandono da propriedade privada e do livre-mercado levando ao totalitarismo.

Mas um indivíduo que já nasce sem nenhuma propriedade não chega nem mesmo a ser um indivíduo de verdade para Hayek, já que não possui a característica que fundamenta sua liberdade, ou seja, a propriedade privada. Este ‘despossuído’ não teria incentivos para engajar-se na luta pela liberdade – a qual desconhece, pois se encontra alheio à propriedade e ao mercado –, tornando-se, dessa forma, um possível adversário em vez de um defensor da democracia, entendida, aqui, como o regime de garantias dos direitos individuais, a única estrutura legal e político-institucional capaz de promover as liberdades de cada um¹⁰. Diante desse problema, que poderia desembocar em apoios massivos a projetos totalitários ou a líderes oportunamente demagógicos, Hayek sugere uma residual e breve injeção de renda em situações de ‘desposseção’ completa. Nada que se confunda, vale repetir, com transferências significativas de renda entre grupos sociais, pois isto seria um intervencionismo como qualquer outro, fadado a enveredar pela mesma estrada servil que todo coletivismo está destinado a percorrer, ou melhor, a nos levar.

A escolha de privilegiar Hayek no momento de discutir o que entendemos por neoliberalismo é explicada não somente por nosso objetivo de buscar compreender melhor a capacidade de resistência do paradigma neoliberal, não obstante tantas crises e críticas. Tal opção também se justifica, em grande medida, pela convicção que nutrimos quanto à seriedade do tema, assim como à

¹⁰ Um corolário adicional, explicitamente postulado por Hayek, é que a democracia só pode, portanto, existir e florescer dentro de um sistema capitalista, já que nenhum outro sistema garante o duplo pilar sobre o qual assenta-se a liberdade humana: a propriedade privada e o livre-mercado.

complexidade do projeto neoliberal, expressada, dentre outras formas, por sua capacidade de adaptação a novos cenários e de autorreinvenção frente a desafios. Mais ainda, partimos da premissa de que tais transfigurações, apesar de frequentes e, por vezes, profundas, curiosamente carregam consigo um “*quê*” de continuidade, de permanência. Em outras palavras, independente das diversas formas que possa se manifestar enquanto fenômeno social, o neoliberalismo nos traz a sensação de que possui certa essência, mesmo que fluída e não imune à contingência de qualquer fenômeno social, mas que se manifesta de forma ora filosófico-abstrata, ora existencial-prática. Margareth Thatcher resume essa sensação com a seguinte frase, que, mesmo não tendo ficado tão famosa quanto outras de sua autoria, é reveladora do *zeitgeist* que embasa o projeto neoliberal: “*Economics are the method, but the objective is to change the soul*” (citado por Harvey, 2005, p.23). Daí nosso foco na discussão das bases filosóficas do neoliberalismo.

Caso reduzíssemos o neoliberalismo à meia dúzia – ou mesmo algumas dezenas – de políticas públicas, nunca seríamos capazes de discutir e avaliar suas transformações, mutações e continuidades. Pior, tomando-o como política pública – por mais que o seja também, afinal, ao menos no terceiro mundo foi o Estado um dos mais importantes promotores do neoliberalismo –, perderíamos de foco uma das marcas distintivas deste paradigma de organização social, que é exatamente seu caráter privado, privatista, colonizador do público pelo privado, sua aversão ao social e ao coletivo (“*coletivismos...*”). Mais ainda, seríamos incapazes de ter uma mirada crítica sobre construtos teóricos como os de Hayek, o que tornaria difícil resistir à indébita apropriação que ele faz de noções, conceitos e experiências históricas eminentemente públicas e socializantes – como a conquista da *democracia* pelos trabalhadores, o conceito de *liberdade* no contexto revolucionário de 1789-93, a disputada noção de *sociedade civil*, além da própria ideia e representação de *Estado* – como se fossem coisas que dissessem respeito, primeiramente ou unicamente, à esfera privada das relações mercadológicas.

Estariamos igualmente desabilitados para perceber a malícia da argumentação hayekiana, assim como desprovidos de arsenal crítico necessário para respondê-la de forma hábil, por exemplo, demonstrando que o que ele entende por privado – como o indivíduo, o mercado ou a propriedade – na realidade está absolutamente indissociável do público, do coletivo, do socialmente

construído. Por fim, caso acreditássemos que o neoliberalismo “está” em uma taxa de juros alta ou na privatização de uma empresa estratégica rentável e eficiente, nos distanciariamos do foco nos processos de manutenção e restauração de poder social que se relacionam diretamente, e dialeticamente, com as políticas neoliberais. Enfim, políticas públicas (*policies*) sempre mudam e vão continuar em constante mutação, adquirindo novas formas, novos arranjos, mas as características que emergem das profundezas do neoliberalismo, quicá fundamentais – ou *fundacionais* –, assim como suas consequências sociopolíticas, nem tanto.

1.2.2

Hayek vs. neoliberais? ¹¹

A distinção entre os fundamentos filosóficos originais do neoliberalismo e suas manifestações na prática não pode ser exagerada, é certo. No entanto, tampouco pode ser negada. Apesar de não ter seguido à risca os ensinamentos contidos na obra de Hayek – o que teria sido deveras difícil de atingir –, Margareth Thatcher não hesitou em enviar para o filósofo austríaco a sua primeira carta como chefe de governo da Grã-Bretanha, agradecendo-o pela inspiração e prometendo não decepcioná-lo. Ainda que Hayek seja seguramente uma das maiores influências em seus sucessores na tradição de pensamento neoliberal, muitas vezes observamos diferenças, às vezes importantes, entre eles. Nesta seção apresentaremos brevemente algumas significativas discrepâncias entre, de um lado, a teoria neoliberal de Hayek e, de outro, a interpretação adaptativa e a reinvenção teórica que alguns de seus importantes seguidores realizaram. O

¹¹ Nesta seção tentaremos explorar as significativas nuances existentes dentro do paradigma neoliberal por meio da contraposição entre dois *tipos ideais*, ao estilo weberiano: de um lado, a obra e postura filosófica radical de Hayek, que por vezes chamamos, na falta de termo melhor, de “neoliberalismo filosófico”, já que outros autores não deixam de ter preocupações filosóficas; e, de outro, o que denominamos “neoliberalismo real”, ou “pós-hayekiano”, no intuito de aglutinar os discursos e as políticas que foram defendidos pelos demais neoliberais desde os anos 1970 até os dias de hoje. Certamente, este segundo grupo, conforme composto aqui, sofre de todos os males metodológicos que uma aglutinação desta envergadura necessariamente engendra. Todavia, acreditamos que este esforço de simplificação da realidade tem uma finalidade heurística legítima, sendo, portanto, justificável do ponto de vista teórico-metodológico, assim como pelos objetivos principais de nossa discussão, expostos no final do presente capítulo.

intuito é apenas demonstrar que o neoliberalismo não é uno nem monolítico, e, muito menos, estático.

O primeiro e mais comentado divórcio entre o neoliberalismo filosófico, por assim dizer, e as políticas que foram implementadas após a chamada “virada neoliberal” dos anos 1970 diz respeito ao monopólio estatal sobre a produção e a circulação de moeda. Para Hayek, não haveria motivos para que o Estado possuísse tal monopólio, visto que isto não seria necessário para a garantia da propriedade privada, nem para o respeito aos contratos firmados entre indivíduos livres. No entanto, o segundo nome mais associado ao neoliberalismo teórico, o economista norte-americano Milton Friedman (1962), assume uma postura diametralmente oposta, defendendo que o controle das políticas monetárias é fundamental para um bom desempenho do mercado e da economia em geral. Ambos afirmam estar almejando objetivos similares, já que se dizem interessados, acima de tudo, nas liberdades individuais. Contudo, Friedman possui preocupações que claramente extrapolam as de Hayek, já que o bom desempenho macroeconômico de determinado país é um objetivo declarado, ao passo que Hayek parece limitar-se com a questão mais estrita das liberdades individuais *per se*¹². Vale lembrar que Friedman vê na falta de uma política monetária estatal adequada a principal explicação para a Grande Depressão dos anos 1930 (Kindleberger, 1986), enquanto Hayek, conforme exposto na seção anterior, acredita que fora o excesso de intervenção – independente de ter sido acertada ou errônea – que teria produzido a crise que desembocara na mesma depressão.

Um desdobramento desta divergência dá-se na discussão sobre os bancos centrais. Inicialmente criados com o objetivo de regular o setor financeiro e ser um poderoso instrumento de intervenção estatal na economia (Chang, 2002), os bancos centrais adquiriram um papel novo, porém não menos relevante, para os neoliberais. Vale lembrar que um dos divisores de água da História econômica do século XX foi exatamente o início das reformas neoliberalizantes de Paul Volcker como presidente do FED, o banco central dos EUA, em fins dos anos 1970.

¹² Pode-se argumentar que o bom desempenho macroeconômico, assim como a estabilidade monetária, seria facilitador do mesmo objetivo final, a liberdade individual. Mas é inegável que Friedman possui preocupações mais práticas em termos de políticas econômicas (*policies*) se comparado ao excessivo tom filosófico de Hayek. Para o economista norte-americano, o leque de atividade legítima estatal é certamente mais amplo do que para o filósofo austríaco.

No entanto, como se pode depreender da argumentação de Hayek, para um neoliberalismo radical, a existência mesma de um banco central estatal seria um disparate, caracterizando mais uma investida não autorizada do Estado na economia nacional. Quiçá um ponto de equilíbrio entre os neoliberais pudesse ter sido atingido mediante a bandeira da “autonomia”: para neoliberais como Friedman, não apenas o banco central é um instrumento indispensável de implementação de políticas ortodoxas, como sua “autonomia” frente ao governo, frente às disputas políticas que atrapalham a condução técnica e pragmática da política econômica, deveria ser garantida. Um dos maiores esforços dos neoliberais na última década do século XX foi exatamente no sentido de aumentar a “autonomia” de tais entidades em relação aos governos (mas não em relação aos mercados financeiros, vale esclarecer).

Mas Hayek permaneceu cético em relação aos bancos centrais, autônomos ou não. Ele parece encarar com suspeição um chamado por autonomia direcionado a uma instituição que, além de ter origem no aparato estatal, tem sua razão de existir vinculada ao controle e à regulação do mercado, algo que para Hayek inevitavelmente desemboca em distorções que, propositalmente ou não, privilegiariam uns em detrimento de outros, o que ele não pode aceitar. Isso nos leva a mais uma gama de divergências, relativas ao “pragmatismo” e ao “tecnicismo”, duas palavras de ordem dos neoliberais contemporâneos. Hayek é absolutamente claro ao rechaçar qualquer tipo de apelo a tais conceitos como demagógicos e enganadores, pois, segundo ele, não podem existir soluções “técnicas”, “corretas” ou “satisfatórias para todos” em uma sociedade composta por indivíduos com interesses distintos. Para ele, a delegação de escolhas macroeconômicas a “especialistas” – algo muito defendido pelos demais neoliberais – engendra um risco altíssimo para a democracia, pois este técnico especializado não poderia fazer mais do que tomar decisões arbitrárias baseadas em sua própria escala de preferências, e, pior, em nome dos demais cidadãos. Neste ponto, os discursos ideológicos de Hayek e dos neoliberais que o sucederam apresentam-se como irreconciliáveis: enquanto, por um lado, o discurso neoliberal atual insiste na questão do pragmatismo, por outro, o ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1974 acusa tais discursos de serem o primeiro passo para o fim da democracia. Para Hayek, tais apelos tecnicistas seriam equivalentes a clamores por um “ditador econômico”.

Esse ponto, relativo ao debate sobre democracia, condução macroeconômica e ditaduras, é outro no qual pode-se observar um afastamento de Hayek em relação a seus sucessores neoliberais. Como bem salienta Harvey (2005), o neoliberalismo real nunca precisou compartilhar das mesmas premissas de Hayek com relação à indivisibilidade do binômio mercado-democracia. Pelo contrário, o primeiro experimento concreto de implementação de políticas neoliberais foi feito no Chile a partir do golpe militar de 1973, que instalou a ditadura do General Augusto Pinochet no país. Um grupo de economistas neoliberais foi enviado diretamente da Universidade de Chicago – na qual tanto Friedman quanto Hayek lecionavam naquele momento – para Santiago. Os *Chicago Boys*, como ficaram conhecidos, passaram a ser responsáveis pelas políticas econômicas liberais-ortodoxas da ditadura chilena. O livre-mercado como princípio organizador da sociedade neoliberal demonstrava que, pelo menos em sua estreia, não precisava de um regime político igualmente livre. Pelo contrário: no caso chileno, era diametralmente oposto a este.

Justiça seja feita a Friedman: deve-se esclarecer que o economista americano jamais comungou das expectativas de Hayek com relação à união entre democracia e neoliberalismo (Hobsbawm, 2000). Friedman, a quem os *Chicago Boys* eram mais ligados, postulava abertamente que o sistema democrático não era uma precondição nem uma consequência direta das políticas de livre-mercado (Idem). Mais ainda, admitia que, sob determinadas condições, um regime autoritário poderia facilitar a implementação de ajustes ao estilo neoliberal. Não surpreende, assim, seu apoio ao regime de Pinochet, considerado como uma oportunidade imperdível de colocar em prática o primeiro grande experimento neoliberal¹³.

Esta discussão nos leva à última grande divergência que julgamos relevante salientar entre o neoliberalismo original de Hayek e seus desdobramentos práticos subsequentes, assim como em relação aos teóricos

¹³ Deve-se ponderar, no entanto, este apego de Hayek à liberdade individual em contraposição a um regime autoritário, pois não se trata de algo absoluto. Conforme visto na seção 1.2.2 deste capítulo, o uso da força não é teoricamente descartado por ele caso a liberdade individual de atuar no mercado precise dela para florescer; caso os indivíduos precisem ser forçosamente obrigados a ser livres, isto é, a adotar o livre-mercado. Trata-se de uma contradição interna a Hayek, sem dúvidas. Porém, conforme ressaltado por Harvey (2005), Chang (2005) e Evans (2004), o neoliberalismo, já na teoria, é contraditório de fato e, mais ainda, se contrastado com amálgamas de práticas e políticas neoliberais, frequentemente em desacordo com os princípios básicos da doutrina.

neoliberais que o sucederam. A esta altura, já nos parece possível demonstrar uma das maiores, senão a maior, diferenças estruturais na argumentação de ambos os lados. Estamos nos referindo aos objetivos últimos, ao *telos* neoliberal. Se para Hayek não há dúvidas quanto aos fins almejados – a liberdade do indivíduo, assim como seu corolário imediato, a democracia liberal –, para os demais neoliberais, tal questão – ou melhor, tal resposta – não é tão clara. Seu discurso parece centrar-se na defesa das políticas neoliberais a partir da suposta maior *eficiência* (na “alocação dos recursos”) em comparação com outras doutrinas econômicas. Tal eficiência, por sua vez, se desdobraria em um maior crescimento econômico, o que, cedo ou tarde, se traduziria em um aumento na qualidade de vida material de todos através do “efeito cascata” (ou *transbordamento*) resultante dos altos investimentos propiciados pelo mesmo crescimento econômico – individual, nacional e global.

Ficam evidentes, então, dois propósitos normativos razoavelmente distintos: de um lado, para Hayek, liberdade individual; de outro, para os demais neoliberais, prosperidade coletiva. Esse bem-estar material generalizado prometido pelos neoliberais contemporâneos como consequência natural e direta das políticas ortodoxas – o economista Jeffrey Sachs (2005) é um grande exemplo ao escrever livros intitulados, por exemplo, como *O fim da pobreza* –, além de não ser um objetivo de Hayek, era tido como impossível pelo pensador austríaco, que considerava a *possibilidade* de sucesso individual no mercado como o resultado mais ambicioso que poderíamos alcançar em termos de justiça social.

No entanto, o neoliberalismo real – mesmo tendo extraído parte de seu apelo junto ao público das ideias de sucesso e liberdade individuais – não foi capaz de deter-se nessas duas metas, sendo obrigado a incorporar objetivos sociais mais ligados a outras teorias econômicas, como o keynesianismo e o marxismo, os quais postulam desde sempre que a redução das desigualdades em termos de riqueza deva ser uma das finalidades principais da humanidade. Esta apropriação de objetivos alheios, entretanto, não se dá sobre as mesmas bases: enquanto marxistas e keynesianos falam em distribuição mais justa de riquezas, o que implicaria em uma massiva transferência de renda dos ricos para os pobres, o neoliberalismo oferece uma solução mais sedutora, ao prometer um crescimento econômico tão espetacular que seria capaz de acabar com a pobreza e a miséria ao mesmo tempo em que os ricos continuassem ficando mais ricos, ou seja, através

de uma produção exponencial de novas riquezas, e não mediante distribuição das mesmas.

A concentração de renda, deste modo, não aparece como um problema para os neoliberais atuais. Pelo contrário, seria inclusive um mecanismo para propiciar os grandes investimentos e reinvestimentos necessários para sustentar um crescimento econômico prolongado. Tal crescimento, que por sua vez traduzir-se-ia em benefícios materiais disseminados pela sociedade através do efeito “cascata”, não precisaria ser equânime, pois o mais importante seria a prosperidade *absoluta* de cada um estar aumentando, e não *relativamente* a outros indivíduos ou classes sociais. Nesse sentido, o neoliberalismo pós-Hayek seria mais próximo do liberalismo clássico de Smith e Ricardo – e suas constantes preocupações morais e sociais – do que do seco realismo individualista professado pelo autor austríaco.

1.2.3

Harvey: restauração do poder de classe

A discussão realizada na seção anterior visou demonstrar as diferentes possibilidades que o paradigma neoliberal possui para expressar-se discursiva e politicamente. Em vez de considerar Hayek como portador de um neoliberalismo *puro* para, sem seguida, taxar todos os neoliberais posteriores como oportunistas ou contaminados por algo externo ao neoliberalismo – o que implicaria considerar suas contribuições, na melhor das hipóteses, apenas como remendos *ad hoc* –, preferimos trabalhar com dois tipos ideais tomados como representantes igualmente legítimos do projeto neoliberal. Essa opção justifica-se pela convicção de que, por mais que existam nuances e diferenças, um substrato comum – por exemplo, a apropriação *sui generis* da questão da liberdade/propriedade, assim como seu desfrute individual/privado – parece permanecer impregnante em todas as formas de neoliberalismo, como se fosse uma fundação comum, permitindo-nos continuar a utilizar o mesmo significante em ambos os casos. As diferentes derivações desse embasamento comum devem, portanto, ser tomadas como igualmente sérias e merecedoras de atenção.

Tais diferenças, que por vezes chegam a ser contradições internas ao neoliberalismo, podem ser entendidas à luz da análise oferecida pelo economista keynesiano sul-coreano Ha-Joon Chang (2004). De acordo com ele, o que chamamos de neoliberalismo hoje em dia é fruto de uma “aliança profana” entre a economia neoclássica do final do século XIX (a *economia pura* de Leon Walrás; os *modelos Heckscher-Ohlin*) e a tradição política libertária austríaca (Hayek; Ludwig von Mises; Karl Popper). Desse modo, estariam explicadas as contradições internas do neoliberalismo atual, que rejeita o Estado em prol do indivíduo (libertarianismo austríaco), ao mesmo tempo que justifica a intervenção estatal para corrigir as constantes “falhas de mercado” (economia neoclássica).

Assim, caso optássemos por seguir à risca a chave de leitura de Chang (2004), deveríamos encarar o neoliberalismo atual como algo de fato novo, *neo*, até mesmo em relação ao neoliberalismo de Hayek. Teria acontecido, segundo o economista sul-coreano, uma fusão de duas correntes internas da tradição de pensamento liberal, desembocando em uma terceira, a qual tornou-se, hoje em dia, um hegemônico paradigma econômico, político e filosófico. O *insight* de Chang (2004) nos dá algumas pistas interessantes, principalmente ao enfatizar a recuperação da economia neoclássica pelo neoliberalismo atual. Isso explicaria, pelo menos em parte, a postulação do crescimento econômico, assim como da prosperidade coletiva (“efeito cascata”), como objetivo do neoliberalismo real nos dias de hoje, na medida em que os economistas neoclássicos estavam, sobretudo, preocupados com eficiência e desempenho econômicos, diferentemente de Hayek e sua obsessão pela liberdade individual.

No entanto, Chang (2004) parece forçar demasiadamente a distinção entre as escolas liberais como se fossem de fato absolutamente distintas umas das outras. Ao nosso ver, tal separação aguda não parece apropriada, pois, por mais matemáticos e *puros* que se pretendessem os neoclássicos, seus modelos jamais poderiam ter sido construídos sem uma teoria social e filosófica que os embasasse, e tal embasamento parece ser muito próximo, senão o mesmo, de Hayek e companhia no que se refere, por exemplo, à concepção de sujeito – *homo economicus* – e ao individualismo metodológico.

Deste modo, acreditamos ser preferível seguir a sugestão do marxista britânico David Harvey (2005), que postula o neoliberalismo como um projeto hegemônico, o qual possui expressões teóricas e também experiências *concretas* –

políticas públicas, por exemplo – que se desenvolvem ao longo do tempo dialeticamente em relação umas com as outras, ou seja, a teoria informa e muda a prática, e vice-versa. É desse modo que Harvey (2005) dá conta das constantes reformulações teóricas do neoliberalismo a partir da contribuição de novos autores, assim como da relação dessas teorias/filosofias com as transformações do capitalismo contemporâneo. A esta reprodução ampliada e dialética do neoliberalismo, ele dá o nome de “tensões criativas” (Harvey, 2005, p.19).

É justamente a partir da análise das transformações no capitalismo global durante os anos 1970 que Harvey (2005) inicia sua *Breve história do neoliberalismo*. Após uma rápida descrição dos principais fundamentos da filosofia política de Hayek e dos mecanismos estratégicos que tiraram a teoria neoliberal das margens e a colocaram no centro dos debates político-econômicos, Harvey (2005) apresenta sua versão para um tema já tão debatido. Ao contrário de cientistas sociais – geralmente ligados às chamadas *teorias da globalização* – que identificam nas mudanças tecnológicas a causa de tais transformações (Cf. Rosenberg, 2005), logo de saída Harvey (2005) se recusa a acatar qualquer tipo de determinismo estrutural ou tecnológico, buscando focar sua matriz explicativa nas relações de classe que, naquela conjuntura histórica, passavam por um momento de mutação significativa.

Mais especificamente, Harvey (2005) se empenha em demonstrar que o advento do neoliberalismo como paradigma hegemônico de organização da sociedade surgiu a partir de um projeto das classes dominantes dos países centrais do capitalismo, as quais se encontravam deveras preocupadas diante da diminuição alarmante do *gap* de riquezas entre elas e as classes trabalhadoras. Ainda de acordo com Harvey (2005), essa diminuição significava era – ou era *percebida* como – uma perda do que chamou de “poder de classe” do *capital* frente ao *trabalho*. O neoliberalismo deveria, portanto, ser analisado como um projeto de restauração e posterior manutenção desse poder de classe, ou seja, do *status quo* dominante capitalista.

A rejeição de explicações de cunho estrutural-deterministas realizada por Harvey (2005) não é trivial. Deve-se ter em conta que a maioria das análises sobre a chamada “virada neoliberal” dos anos 1970 parte do pressuposto de que o sistema capitalista, da forma como estava organizado, entrou em crise e que foi exatamente essa crise que teria, por si mesma, conduzido – ou pelo menos

precipitado – a inversão fantástica dos valores dominantes no ocidente nos 30 anos anteriores, abrindo o caminho em direção a uma sociedade de mercado. Tanto a direita quanto a esquerda, em grande medida, compartilham desta posição, que parte do pressuposto que a chamada crise da *estagflação* teria demonstrado os limites do paradigma keynesiano reinante até então, o que por sua vez explicaria sua substituição pelo neoliberalismo.

Harvey (2005) não nega que tenha de fato havido uma crise econômica oriunda da soma de baixo crescimento econômico, de um lado, com um incremento inflacionário, de outro¹⁴. Essa estagflação de fato era motivo de preocupação naquele contexto, já que poderia indicar que a *Era de Ouro* do capitalismo (Hobsbawm, 2000) poderia estar chegando ao fim. Isso significava que o pacto social que garantia razoável estabilidade social a partir de uma combinação de bem-estar social e acumulação de capital estava em risco de desfazer-se. Dentre outros fatores, a ruptura unilateral do padrão ouro-dólar pelo governo Nixon em 1971, assim como a primeira crise do petróleo em 1973, além do surgimento do mercado de eurodólares, era sinal de que o sistema precisava rearranjar-se constantemente a fim de manter as altíssimas taxas de crescimento e provisão estatal de bem-estar, que desde o final da Segunda Guerra Mundial apresentavam indicadores de prosperidade sem precedentes, pelo menos nos países capitalistas centrais.

Até aqui, a maioria dos autores segue a mesma história. Mas é a partir deste ponto, da crise de estagflação, que a divergência que nos interessa se inicia. Como já apontamos anteriormente, a maioria das análises depreende o advento do neoliberalismo diretamente desta crise, praticamente como se fosse uma consequência natural – ou necessária – da mesma. O que chama atenção na obra de Harvey (2005) é que, mesmo aceitando que a crise de estagflação tenha sido significativa, ele defende que, na realidade, ela por si só não levou mecanicamente à adoção do neoliberalismo, como se fosse *a* política salvadora para tal crise. Mais ainda, de acordo com Harvey (2005), esta crise não deveria ser colocada no bojo

¹⁴ Alguns autores identificados com a tradição keynesiana, como o já mencionado Ha-Joon Chang (2004), negam veementemente que a crise de estagflação tenha realmente ocorrido. Mediante uma série de dados estatísticos, tabelas e gráficos detalhados, Chang busca desfazer o que considera um mito da narrativa dominante, que ele chamou de “história oficial do capitalismo”, dentro da qual somente o liberalismo pode ter uma posição de sucesso. Para o autor, esse mito precisou ser criado para justificar, *a posteriori*, a implementação de medidas neoliberais em um contexto de ataque ideológico – e não técnico, como sustentam os neoliberais – ao keynesianismo.

das causas da *virada neoliberal*, sendo, no máximo, um pano de fundo para a mesma. As verdadeiras causas, segundo ele, deveriam ser procuradas nas dinâmicas que produziam uma outra crise, de natureza distinta: uma crise simultaneamente econômica, social e política advinda da aproximação das curvas de apropriação de riqueza por parte das elites, de um lado, e, dos trabalhadores, de outro. Uma crise de acumulação de capital.

O importante na estagnação era que ela significava que a acumulação de capital estava atingindo certos limites. As taxas de desemprego subiam, mas os lucros das elites nem tanto. Como salienta Harvey (2005), a crise de acumulação de capital afetava a todos, ricos capitalistas ou trabalhadores assalariados, mais ainda aos desempregados, em franca expansão. A fatia das rendas nacionais destinadas à provisão de bem-estar social era relativamente alta se comparada ao período anterior à guerra. Até então, isso parecia não incomodar às classes dominantes, já que o crescimento econômico vultoso mantinha o *gap* de apropriação de riquezas relativamente estável. A porcentagem dos ativos (bens, capital, propriedade, etc.) apropriada pelo 1% mais rico da população norte-americana manteve-se em torno dos 35% durante os *anos dourados*. Tal estabilidade não era preocupante, pois, como dito, o crescimento era pujante. No entanto, “uma coisa era ter uma fatia estável de uma torta sempre crescente” (Harvey, 2005, p.15), outra coisa, bem diferente, era manter essa porcentagem estagnada quando a torta começou a diminuir drasticamente de tamanho.

O pacto social do “liberalismo inserido” garantia considerável poder de barganha aos trabalhadores organizados, que lutavam para manter suas conquistas relacionadas a salários dignos e bem-estar social provido pelo Estado. Este pacto começou a entrar em risco com a crise de acumulação, que significava perda de salários reais – através da inflação – e risco eminente de retorno ao cenário de desemprego estrutural do período entreguerras. Sindicatos e novos movimentos sociais estavam a ponto de sugerir rupturas com o até então bem-sucedido pacto social, trazendo o socialismo como possível alternativa para a crise. O avanço de partidos comunistas e socialistas na Europa era preocupante, assim como a agitação popular nos EUA. Em suma, havia uma clara *ameaça política* às elites do mundo ocidental (Harvey, 2005).

Quando, em 1975, a parcela de apropriação de ativos financeiros nacionais por parte do 1% mais rico dos EUA despencou para apenas 20%, o sinal de

alarme foi soado. A ameaça era econômica também: a riqueza estava perigosamente distribuída em excesso – não por políticas socializantes ou *welfare*, mas devido à sua escassez. Nas palavras de Harvey (2005, p.15, grifo meu), a “ameaça econômica às classes e elites dominantes estava, agora, tornando-se palpável”. Juntas, as duas ameaças demandavam respostas urgentes e enérgicas caso as classes dominantes quisessem manter-se como tal. Golpes de Estado, como na Argentina e no Chile, foram uma forma de reação à ameaça vinda de baixo. Mas o assalto ao poder político não bastava, não era um objetivo em si mesmo, além de ser uma opção praticamente interdita nas democracias liberais dos países centrais. Precisava-se urgentemente encontrar um mecanismo para redistribuir a riqueza, ou melhor, reconcentrá-la, a fim de garantir a restauração do poder de classe. É nesse momento que a *neoliberalização* entra em cena com toda força.

Afinal, não era novidade para ninguém que o livre-mercado tendia a concentrar riquezas. Livre de regulações e constrangimentos que o *liberalismo inserido* havia postulado como politicamente necessários, os mercados – sobretudo financeiros – iniciaram uma trajetória de monopolização, cartelização e concentração de riquezas sem precedentes na história do capitalismo (Harvey, 2005). A engenharia financeira – agora livre e estimulada pelos organismos que antes existiam para controlá-las, como bancos centrais, FMI e Banco Mundial – demonstrava uma capacidade criativa surpreendente, gerando mercados de derivativos que faziam a acumulação de capital disparar, em grande parte pelo que Marx chamou de “dinheiro fictício” (Carcanholo, 2009). As chegadas quase concomitantes de Ronald Reagan e Margareth Thatcher ao poder estatal nos EUA e Reino Unido, respectivamente, deram início à *reação conservadora* que se alastrou por toda parte, sendo ao mesmo tempo fruto, parte constituinte e consequência da *neoliberalização* das sociedades.

As medidas neoliberais subsequentes começaram cada vez mais a tomar contornos de políticas públicas através da conquista do aparato estatal por partidos de direita ou do constrangimento econômico, que parecia obrigar até a governos de esquerda ou social-democratas a seguir na mesma linha, como as dramáticas inversões de rumos de Felipe Gonzalez, na Espanha, e François Mitterrand, na França, demonstravam no início da década de 1980. Iniciava-se uma nova fase do projeto neoliberal, agora com um novo e importante ator, que Harvey (2005) e

outros denominaram “Estado Neoliberal”. Privatizações de empresas estratégicas, mesmo quando rentáveis, desregulações dos mercados financeiros, reduções drásticas dos gastos públicos com bem-estar social, ataque direto às organizações de trabalhadores e aos direitos laborais, taxas de juros elevadas e corte de impostos sobre renda e patrimônio foram algumas das políticas neoliberais que se tornaram constantes e disseminadas por quase todo o planeta a partir de então, principalmente após o colapso do socialismo real no leste europeu. Mais importante do que essas medidas em si, no entanto, eram suas razões de existir, seus propósitos políticos: restaurar, onde ainda era preciso, e sustentar, onde já se havia conseguido criar uma elite econômica, o poder de classe proveniente da reconcentração de riquezas em larga escala.

Diante de um projeto tão abertamente elitista, Harvey (2005) se indaga sobre os mecanismos que foram capazes de levar a cabo esta empreitada, superando as resistências que obviamente surgiriam, e de fato surgiram. Sua resposta, baseada no conceito gramsciano de *hegemonia*, sugere que uma combinação de consenso e coerção foi utilizada para garantir a aglutinação do maior número de adeptos possíveis aos preceitos neoliberais. O objetivo era transformar as bases filosóficas do neoliberalismo, assim como suas políticas concretas, em coisas tidas como representantes de interesses universais, conquistando corações e mentes do público em geral para a defesa de ideias que beneficiavam, no fundo, apenas a poucos. Dizer que uma taxa de juros elevada beneficiava a banqueiros e especuladores financeiros não seria algo sedutor. Mas, em contrapartida, caso conseguissem convencer o público de que esta medida era, na verdade, algo de interesse coletivo, pois era o único “remédio” eficaz para combater a temida inflação, os neoliberais tinham a chance de tornar seu projeto vitorioso. O conceito de liberdade do indivíduo foi seguramente o mais explorado na construção deste *sensu comum* neoliberal.

Parodiando Jean-Paul Sartre, poderíamos dizer que os neoliberais conseguiram transformar o seu ideal de liberdade no ideal de liberdade de todos os homens¹⁵. O livre-mercado havia, desta forma, atingido um grau de consenso suficiente para manter-se como mola mestra da organização social. Os poucos que não aderissem voluntariamente a estas propostas de consenso iriam, cedo ou tarde,

¹⁵ A famosa frase de Sartre, em referência à Revolução Francesa de 1789, dizia que a burguesia conseguiu transformar o seu ideal de liberdade no ideal de liberdade de todos os homens.

enfrentar a repressão, armada ou velada, dos aparatos de segurança públicos e privados. As elites dominantes do sistema capitalista não pretendiam mais correr o risco de ver seu poder de classe ameaçado. Quando o consenso¹⁶ não fosse atingido em grau suficiente, a coerção deveria completar a tarefa.

1.3 Conclusão

Certamente esta breve recapitulação dos argumentos de Harvey (2005) não dá conta de abarcar todas as complexidades, sutilezas e variações do projeto neoliberal. Tampouco demonstram como tais objetivos e mecanismos hegemônicos se expressaram no plano internacional, tanto na relação entre Estados, quanto na relação do grande capital com esses Estados. Temas e eventos famosos ligados ao neoliberalismo na América Latina, como a chamada *Crise da Dívida*, do início dos anos 1980, ou o *Consenso de Washington*, no início dos 1990, ficaram de fora do escopo de análise deste capítulo. Isso se justifica por três fatores: em primeiro lugar, porque serão abordados nos próximos capítulos de forma contextualizada; depois, porque nosso objetivo não era listar nem discutir conjunturas ou políticas públicas específicas, pois partimos da premissa de que o neoliberalismo pode se expressar de variadas formas ao longo do tempo e do espaço, sendo que estávamos mais interessados em apreender as raízes do fenômeno neoliberal, e não suas manifestações empíricas; por fim, conforme exposto na introdução deste capítulo, não nos interessava repetir o que já foi feito, e muito bem, por autores, dentre outros, como Harvey (2005), Chang (2004) ou Gambina (2002), que se dedicaram a traçar uma história do neoliberalismo, a denunciar suas catastróficas implicações sociais e a desvendar suas raízes estritamente teóricas. Já é hora de passar da redundante denúncia para a investigação das razões que sustentam ou, pelo menos, facilitam as formas atuais de manifestação do fenômeno neoliberal.

¹⁶ Harvey (2005) dedica um capítulo inteiro (p.39-64) aos mecanismos, por vezes conspiratórios, de produção do senso comum que embasa o consenso neoliberal. Vale salientar as enormes somas de dinheiro empregadas nesta tarefa, que, desde os tempos em que Hayek ainda *pregava no deserto*, investiu na transformação de currículos universitários, em programas de televisão e filmes encomendados, música *pop*, financiamento de *think-thanks* e cartelização dos meios de comunicação, dentre outras medidas da propaganda e disseminação dos valores neoliberais.

Nosso objetivo declarado com este capítulo teórico inicial era discutir o neoliberalismo a fim de esclarecer seu uso nos capítulos subsequentes, de modo a chegar a uma definição razoavelmente coerente e operacional do termo. No entanto, estamos cientes de que esta é uma tarefa praticamente impossível, tendo em vista as contradições internas da própria teoria neoliberal, assim como as discrepâncias latentes entre seus fundamentos teóricos e suas manifestações empíricas, sem contar as limitações intelectuais do próprio autor. Mesmo assim, acreditamos ter alcançado, ou ao menos nos aproximado, deste objetivo inicial ao definir o neoliberalismo, junto com Harvey (2005), como um projeto de restauração e manutenção de poder de classe mediante mecanismos de (re)concentração constante de riquezas, levados a cabo a partir de uma combinação de consenso e coerção.

Certamente, projetos e histórias distintas de restauração de poder de classe sempre existiram e coexistem com os projetos neoliberais. Diante disso, caberia perguntar qual a especificidade do nosso objeto. Não passaria ele de mero instrumento para um fim já dado, ou seja, o poder de classe? Nossa resposta seria, ao mesmo tempo, sim e não. Por um lado, fica clara nossa abordagem instrumental, quiçá funcionalista, do neoliberalismo como sendo um mecanismo utilizado para alcançar determinada finalidade social¹⁷. Mas, concomitantemente, trata-se de um fenômeno que também carrega um fim em si mesmo. Estamos nos referindo ao processo de *neoliberalização* das sociedades, dos indivíduos, dos Estados e dos modos de interação social, o que implica em percebê-los e experimentá-los a partir de um *zeitgeist* e de um *ethos* específicos, que tendem a reduzir a vivência social a cálculos de custo/benefício, relações de troca em um mercado composto por indivíduos atomizados, ação social refém de lógicas de eficiência empresarial e sacralização da propriedade privada como fundamento da liberdade individual.

Foi buscando essa definição que discutimos as raízes filosóficas hayekianas do neoliberalismo, contrastando-as com outras vertentes igualmente

¹⁷ Neste ponto, poder-se-ia indagar se não seria preferível considerar este fim (*telos*) neoliberal como algo que diga respeito apenas ao indivíduo, sendo, portanto, um fim individual (“*the objective is to change the soul*”), e não social, como postulamos aqui. No entanto, para um projeto que afirma categoricamente, por sinal através da mesma personagem, que “*there is no such a thing as society, only individual men and women*”, a tentativa de transformar, uma a uma, as almas individuais converte-se automaticamente em um projeto social mediante a conquista do que considera a essência única da sociedade, o indivíduo.

defensoras do trinômio livre-mercado/indivíduo/propriedade privada como base e fim últimos da organização social. Aceitando a distinção marxista clássica entre essência e aparência, buscamos privilegiar a primeira em detrimento da segunda, com a convicção de que as expressões empíricas e passadas do neoliberalismo são relativamente pouco importantes para entender as contradições entre permanência e ruptura com o paradigma neoliberal, que buscaremos discutir, nos próximos capítulos, por meio das dinâmicas da recente história social boliviana. Em outras palavras, assim como outros sistemas de dominação social, o neoliberalismo pode sempre, de forma leopardiana, *mudar tudo para manter tudo como está*. E, de fato, o faz, desautorizando análises que se restrinjam às aparências, ou seja, a eventos ou políticas específicas que, em determinada conjuntura, formam parte do projeto neoliberal. Para tanto, comungamos das premissas de Harvey (2005) quando afirma que,

we can, therefore interpret neoliberalization either as an utopian project to realize a theoretical design for the reorganization of international capitalism or as a political project to re-establish the conditions for capital accumulation and to restore the power of economic elites. In what follows I shall argue that the second of these objectives has in practice dominated. Neoliberalization has not been very effective in revitalizing global capital accumulation, but it has succeeded remarkably well in restoring, or in some instances (as in Russia and China) creating, the power of an economic elite. The theoretical utopianism of neoliberal argument has, I conclude, primarily worked as a system of justification and legitimization for whatever needed to be done to achieve this goal. The evidence suggests, moreover, that when neoliberal principles clash with the need to restore or sustain elite power, then the principles are either abandoned or become so twisted as to be unrecognizable. This in no way denies the power of ideas to act as a force for historical-geographical change. But it does point to a creative tension between the power of neoliberal ideas and the actual practices of neoliberalization that have transformed how global capitalism has been working over the last three decades. (Harvey, 2005, p.19).

São exatamente tais transformações no modo, tanto do capitalismo, quanto de sua expressão atual, o neoliberalismo, de operarem que nos interessam na presente dissertação. E é justamente em busca de uma compreensão melhor de tais “tensões criativas” entre ideias e práticas neoliberais que nos capítulos seguintes passaremos a estudar as idas e vindas da luta por concentração e socialização de riquezas na Bolívia, principalmente mediante a análise das disputas envolvendo empresas petroleiras transnacionais, de um lado, e forças sociais populares, de

outro, os quais, junto ao cambiante Estado boliviano, protagonizaram os processos de privatização e re-nacionalização dos hidrocarbonetos naquele país.